

Geral

SEGURANÇA PÚBLICA

# Entidades pressionam governo por solução para a crise prisional

Manutenção de detentos em DPs expõe as condições críticas das superlotações em cadeias

Juliano Tatsch

juliano@jornaldocomercio.com.br

A manutenção de presos em celas de delegacias de Polícia (DPs) no Rio Grande do Sul, situação que tem se repetido com alguma frequência desde os últimos meses do ano passado, tem trazido crescente preocupação a entidades que atuam na área. Nesta sexta-feira, por volta de 75 presos seguiam detidos em DPs. O quadro, além de expor a gravidade do cenário atual do sistema penitenciário gaúcho, prejudica o trabalho da Polícia Civil.

“Acompanhamos a situação desde o fim do ano passado. Vem se agravando. A preocupação é que isso seja visto como uma solução aos problemas do sistema prisional. Não podemos permitir que se torne uma prática corriqueira”, diz a presidente da Associação dos Delegados de Polícia (Asdep), delegada Nadine Anflor.

A situação foi amenizada na sexta-feira, quando a juíza Sonáli da Cruz Zluhan, da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre, determinou o recebimento de presos encarcerados em delegacias da Capital na Penitenciária Estadual e na Penitenciária Modulada, ambas em Charqueadas. A decisão judicial se deu após visita da juíza à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) do Palácio da Polícia, na qual a magistrada presenciou uma “situação caótica e insalubre”. As instituições, que estão interditadas, puderam acolher os detentos durante um período de 24 horas.

Para a presidente da Asdep, a medida ajuda, mas é apenas paliativa, pois o problema voltaria já ontem à noite. “Vivemos o caos e não estamos resolvendo o problema. Até que morra uma pessoa em uma delegacia”, alerta.

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) irá ingressar com um novo



Situação na DPPA do Palácio da Polícia fez juíza autorizar ingresso de presos em Charqueadas

peticionamento junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), solicitando providências. Conforme o presidente da entidade, Gilberto Schäfer, a intenção é envolver o governo federal na resolução. “Temos mais de 4,7 mil pessoas dentro do Presídio Central. Com um pavilhão a menos. A situação beira o caos. Insistimos que o governo institua um programa penitenciário estadual”, afirma.

Schäfer enfatiza que a responsabilidade pelo problema e pela solução dele é o Executivo. “O Judiciário não criou a lei penal. A Justiça está fazendo o que pode, gerenciando as penas de prisão para que fique detida apenas a pessoa que necessariamente precise.”

Conforme Nadine, delegados do Interior foram questionados, na semana passada, a

respeito da quantidade de celas e de quantas pessoas elas poderia receber. A sondagem trouxe ainda mais preocupação para a Asdep. “É uma tragédia anunciada. O máximo que um preso pode ficar em uma delegacia é 24 horas. Não é nossa função como delegados, nem dos policiais civis. Não somos carcereiros. Não queremos o retrocesso”, afirma.

A presidente da Asdep concorda com a Ajuris em relação à responsabilidade. De acordo com Nadine, o Executivo não se preocupou com o sistema carcerário quando deveria fazê-lo. “A saída imediata é a liberação do presídio de Canoas com urgência. O governo diz que só irá mandar para Canoas presidiários que não atuam em facções, mas nas delegacias, estão todos misturados. É um contrassenso”, enfatiza.

## Para OAB gaúcha, quadro coloca a sociedade em risco

A seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) também se mostra preocupada em relação ao cenário. O presidente da OAB gaúcha, Ricardo Breier, cobrou, na sexta-feira, providências imediatas do governador José Ivo Sartori. “A manutenção de detentos nas unidades de polícia é ilegal, irregular e coloca em risco a sociedade”, ressaltou.

Assim como a delegada Nadine Anflor, Breier mostra preocupação com a possibilidade de que a detenção em delegacias se torne algo institucionalizado pela política de segurança do atual governo. “O acúmulo de presos coloca esses locais em risco, pois não há estrutura para receber presos. Cobramos providências imediatas.”

As condições em que os detentos são mantidos nas celas das DPs é outra preocupação. Para Schäfer, a crise do sistema extrapolou todos os limites aceitáveis. “A superlotação e a precariedade da infraestrutura das maiores unidades prisionais do Estado denotam o absoluto descontrole e a grave violação aos direitos humanos”, afirma o presidente da Ajuris, destacando que o governo do Estado precisa assumir a responsabilidade para sanar a crise. “É inadmissível que se mantenha o atual estado de omissão, sem que nenhuma providência seja tomada.”

A Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) se manifestou por meio de nota afirmando que, dentro da logística de que dispõe, tem feito constantes remanejamentos para que o maior número de presos sejam apresentados à Justiça, “se esforçando para não prejudicar atuação do Judiciário”. Ainda de acordo com o órgão, a demanda por serviços prisionais aumentou significativamente em razão do grande número de prisões efetuadas nos últimos meses e que, mesmo assim, “vem buscando melhorar os resultados em seu atendimento e serviços durante a execução de pena”.

ACESSIBILIDADE

## Erechim oferece inclusão em todas as escolas

Suzy Scarton

suzy@jornaldocomercio.com.br

Uma iniciativa de inclusão social, posta em prática por uma equipe de educadores de uma cidade do Interior do Rio Grande do Sul, chamou a atenção do Ministério da Educação (MEC). Por causa dela, o prefeito de Erechim, Paulo Polis, foi convidado a ir a Fortaleza, no Ceará, para receber o Prêmio Desenvolvimento Educacional Inclusivo, concedido pelo MEC e pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Desde 2009, a prefeitura vem investindo na adaptação das 15 escolas municipais. O objetivo é oferecer oportunidades iguais a

crianças com deficiências físicas ou mentais. Além de capacitar professores e contratar profissionais de apoio, livros pedagógicos especiais e meios de transporte adaptados foram necessários. Até mesmo as merendas oferecidas são diferenciadas. Hoje, mais de 200 crianças com deficiência são atendidas no Ensino Infantil e Fundamental em Erechim. Elas frequentam as aulas normalmente com outros alunos, com a supervisão de dois profissionais preparados. O governo municipal investe, por ano, mais de R\$ 1 milhão no projeto.

“Os pais de classe média conseguem dar o melhor tratamento aos filhos, mas as crianças vulneráveis crescem sem qualquer oportuni-

dade. Se estudarem com colegas sem deficiências, elas vão se espelhar, vão tentar imitar o comportamento, e vão evoluir mais. E, às demais crianças, ensina-se uma lição de solidariedade valerosa”, afirma o prefeito, citando o caso de um menino que, ao chegar à escola, não conseguia levar o garfo à boca para se alimentar. Ao final do ano, ele já comia sozinho. “São resultados que não se mensuram, mas testemunhar essa evolução não tem preço”, diz.

Entre as secretarias de Educação, a de Erechim ficou com o primeiro lugar da categoria no prêmio, seguida pelas de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, e de Teotônio Vilela, em Alagoas. Na categoria que avalia colégios pú-



Município foi premiado por adaptar instituições a crianças com deficiência

blicos, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Badalotti, de Erechim, ficou em terceiro lugar. Em primeiro lugar, figura a escola

José Dantas Sobrinho, de Maracanaú, no Ceará, e, em segundo, a escola Antônio Correa e Silva, de Janaúria, em Minas Gerais.